ACESSO À JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA JUSTIÇA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

JOSÉLIA FERREIRA DOS REIS
Justiça Federal do Rio de Janeiro

Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense;
Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Cidadania -
NUDHESC/UFF; Assistente Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro

RESUMO: Apresento neste trabalho a política de acesso à justiça na esfera do Poder Judiciário Federal e sua relação com a prática de assistentes sociais, profissionais que atuam na perspectiva da garantia e defesa de direitos humanos. A hipótese inicial indicava a lacuna entre o acesso formal e a efetivação de um acesso mais amplo. Pessoas em situação de “pobreza legal” dificilmente teriam condições de ingressar judicialmente ou, caso conseguissem, acompanhar os processos, devido à lacuna identificada. Considerando que acesso à Justiça é um dos direitos sociais, proponho, a partir da crítica de Pachukanis ao Direito, pensar que a lacuna entre o formal e o real no acesso à justiça é parte do reflexo contido na estrutura central da ordem burguesa: a lacuna entre trabalho e capital que se expressa na igualdade formal. O objetivo central é a análise da política de acesso à justiça e o lugar do Serviço Social observando-se possibilidades e limites no contexto da judicialização da política. São três os objetivos específicos: 1) apresentar brevemente a inserção do Poder Judiciário no contexto brasileiro; 2) Apresentar a fala de assistentes sociais sobre a possível articulação entre o fazer profissional e o projeto ético político da categoria. O último objetivo identifica a estrutura da política de acesso à justiça e as condições materiais em que se baseia. A metodologia utiliza análise exploratória que considerou: 1) dados sistematizados pelo governo federal a partir de estudos realizados pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); 2) análise bibliográfica; 3) análise dos dados e informações dos sites oficiais sobre o Poder Judiciário, privilegiadamente, do CNJ; 4) análise das falas dos sujeitos entrevistados; 5) análise de processos referentes ao Benefício de Prestação Continuada; 6) sistematizações a respeito do campo sociojurídico elaboradas pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS). Para sistematizar as informações reunimos dados relativos ao período de 2012 a 2017. Os resultados apontam para uma tendência de aumento da demanda pelo trabalho de assistentes sociais no Poder Judiciário Federal que é marcada, simultânea e contraditoriamente, por uma precarização da relação de trabalho com esta atuação especializada. Ao trazer para o mundo jurídico as particularidades da questão social, mormente aquelas que não são abrangidas ou que confrontam em diversos aspectos o previsto legalmente, assistentes sociais atuam em um movimento contra hegemônico e apresentam àqueles que dizem o direito uma realidade que não pode ser desprezada. E podem, assim, influenciar no dizer o direito (a jurisdição). Neste sentido sua direção pode ser a transformação, o que gera resistência não só pelo possível confronto com o conservadorismo, mas pela disputa ainda que inconsciente sobre o direito.

PALAVRAS-CHAVE: ACESSO À JUSTIÇA; SERVIÇO SOCIAL; DIREITOS HUMANOS; CAMPO DE DISPUTA